



2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO DE SANTOS - SP

EDITAL DE LEILÃO e de intimação do **ESPÓLIO DE TEREZINHA ANTONIA GALLOTTI** bem como do inventariante **ERCILIA GALLOTTI ZUNIGA**, dos herdeiros **FRANCISCO ANTONIO GALLOTTI**, **ANASTÁCIA GALLOTTI** e **JOSE GALLOTTI**. A Dra. **Suzana Pereira da Silva**, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Santos – SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de Leilão do bem, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do Inventário e Partilha – **Processo nº 1023427-06.2022.8.26.0562** - em que **ESPÓLIO DE TEREZINHA ANTONIA GALLOTTI**, representada pela inventariante **ERCILIA GALLOTTI ZUNIGA** move em face dos herdeiros e interessados e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DOS LEILÕES: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.grupolance.com.br, **1º Leilão** que terá início no dia **20/07/2026 às 00h**, e terá **encerramento no dia 23/07/2026 às 13h e 48min**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, ao **2º Leilão**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **25/08/2026 às 13h e 48min (ambas no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que igual ou acima de **60% do valor da avaliação atualizada**.

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O Leilão será conduzido pelo leiloeiro Daniel Melo Cruz, JUCESP Nº 1125, leiloeiro pelo Sistema GRUPO LANCE - www.grupolance.com.br, devidamente habilitado pelo TJ/SP.

DO LOCAL DO BEM: Rua Governador Pedro de Toledo, 11, apto nº 801 - Boqueirão (CEP 11045-551) - Santos/SP.

DÉBITOS: A hasta/leilão será precedida pelas regras contidas no artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço) e artigo 908, §1º, do Novo Código de Processo Civil, (Art. 908. Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, § 1º No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência), assim, sub-rogando-se os débitos fiscais e caráter propter rem no respectivo preço, a preferência de recebimento dos valores será decidida pelo M.M Juízo comitente. O Arrematante somente responderá pelas despesas do imóvel a partir da sua imissão na posse.

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24 horas após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial que será emitida e enviada por esse Leiloeiro através de e-mail em favor do



Juízo responsável. O arrematante também deverá efetuar o pagamento da COMISSÃO no importe de 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação que será depositada nos autos conforme o disposto no Art.267 das N.S.C.G.J. e Provimento CSM nº 2.152/2014 no prazo de 24 horas após o encerramento do leilão. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante.

DO PARCELAMENTO: Os interessados em arrematar de forma parcelada poderão apresentar propostas através do sistema: www.grupolance.com.br nos termos do art. 895 do Código de Processo Civil. Em qualquer hipótese a oferta de pagamento deverá ser de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado.

HIPOTECA: Na existência de hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda, nos termos do artigo 1.499 CC, inciso VI. (Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação). Do mesmo modo, nos termos do disposto no artigo 1.430 do Código Civil (Art. 1.430). Quando, executado o penhor, ou executada a hipoteca, o produto não bastar para pagamento da dívida e despesas judiciais, continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante).

PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda nesta hasta/leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e outros ônus que gravam a matrícula, serão todos baixados/cancelados junto RGI local, pelo M.M. Juízo Comitente das hastas/leilão, através de expedição de competente mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante e logo que comprovada a notificação dos órgãos e Juízos que expediram tais ônus, que constará nos autos, visto que notificação será procedido pelo Grupo Lance, no prazo estabelecido pelo artigo Art. 889 e seus incisos do CPC.

COPROPRIETÁRIOS: Na existência de mais proprietário(s) do(s) bem(ns) penhorado(s), as regras para a venda judicial serão regidas pelo Código de Processo Civil, nos exatos termos do artigo 843 e seguintes.

DESOCUPAÇÃO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente, após o recolhimento das custas pelo arrematante, que será depositário dos bens porventura deixados no imóvel, caso o mesmo esteja ocupado.

SUSTAÇÃO POR REMIÇÃO DA EXECUÇÃO/ACORDO: Se o(s) executado(s), após a apresentação do edital, pagar a dívida ou realizar acordo antes de alienado(s) o(s) bem(ns), ficará(ão) obrigado(s) a arcar com o ressarcimento de todas as despesas, devidamente comprovadas nos autos, especialmente, mas não limitando, a comissão 2,5% sobre o valor de avaliação do(s) bem(ns) ao Leiloeiro/Gestora, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016. O ressarcimento será devido somente pelo executado, com possibilidade de penhora do mesmo bem levado a praça, caso não seja pago o percentual devido.

PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (Art. 903,



CPC/15).

RELAÇÃO DO BEM: O Apartamento nº 8, localizado no 9º pavimento ou 8º andar do Edifício Arcádia, à Rua Gov. Pedro de Toledo nº 11, contendo seis dormitórios, salas de jantar e de visitas, living-room, cozinha, dois banheiros, terraço com WC, área de serviço com tanque, quarto de despejo e hall de circulação, confrontando pela frente com o hall do pavimento e com a escadaria que dá acesso a este mesmo pavimento; do lado da rua confronta com a área livre de recuo, localizada de frente para a rua; do lado dos fundos confronta com a área livre de recuo, localizada nos fundos do prédio; de um lado com a área livre lateral direita do prédio e de outro lado em parte com o hall do pavimento e em parte com a área livre lateral esquerda do prédio, possuindo a área construída de 263,10m², fazendo parte integrante deste apartamento, como acessório, o depósito para autos, localizado no pavimento térreo, composto de depósito propriamente dito, confrontando de um lado com os medidores, com os espaços dos elevadores e com a casa das forças; de outro lado com a área livre lateral direita do prédio; de outro com a área livre lateral esquerda do prédio e nos fundos com espaço livre de recuo, localizado nos fundos do prédio, possuindo dito depósito a área construída de 85,10m², correspondendo ao apartamento e ao depósito para autos, em comum, uma fração ideal na totalidade do terreno equivalente a 82,97m²; construído o Edifício em um terreno que se acha descrito na respectiva especificação condominial. **Inscrito na Prefeitura Municipal de Santos sob n 66.043.021.031. Matrícula nº 40.217 do 2º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santos/SP.**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Apartamento, 6 dorm., a.c. 263m², Edifício Arcádia, Santos/SP.

ÔNUS: AV.2 PENHORA expedida pela 12ª Vara Cível de Santos, proc. nº 1010986-56.2023.8.26.0562.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL: R\$ 1.722.000,00 (um milhão e setecentos e vinte e dois mil reais) para out/2025 (conf.fls.207/224).

VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL ATUALIZADO: R\$ 1.785.278,50 (um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) para jun/2026 - atualizado conforme tabela prática monetária do TJ/SP.

Presumem-se intimados as partes por este edital, quando não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos, de acordo com o art. 274, § único, do CPC. Nos termos do **Art. 889, § único**, CPC o(s) executado(s) terá (ão) ciência do dia, hora e meio de realização dos leilões, através dos correios ou por Oficial de Justiça ou por meio deste presente EDITAL. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado no átrio fórum no local de costume. 8 de junho de 2026.

Dra. Suzana Pereira da Silva

MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro de Santos – SP